

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 100.419 - RJ (2018/0169278-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : E L R DA S (PRESO)
ADVOGADOS : SANDRA REGINA DA SILVA DE ALMEIDA - RJ062708
LUIZ FERNANDO ALVES EVANGELISTA - RJ159939
RENAN SANTANA CARVALHO - SP348180
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. RECORRENTE CUSTODIADO EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. PRESO DE ALTÍSSIMA PERICULOSIDADE. ATOS ADMINISTRATIVOS RATIFICADOS POR CONTROLE JUDICIAL. ALEGADA APLICAÇÃO DE REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO. INEXISTÊNCIA. PRESO PROVISÓRIO QUE APRESENTA RISCO PARA A SOCIEDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. RECURSO IMPROVIDO.

1. O estabelecimento prisional Laércio da Costa Pellegrino (Bangu 1) é apropriado ao recolhimento de presos provisórios, ainda que em caráter excepcional.
2. A Resolução SEAP nº 70, de 03 de agosto de 2004, não impõe ao custodiado regime disciplinar diferenciado - RDD - ou qualquer condição mais severa à prisão preventiva.
3. Na hipótese, o recorrente não se encontra inserido no Regime Disciplinar Diferenciado - RDD, mas apenas está recolhido em estabelecimento de maior segurança, em virtude da sua elevada periculosidade.
4. Além de ser apontado com um dos líderes da facção criminosa - PCC -, o recorrente é pessoa de interesse da justiça de vários estados da Federação e já teve, inclusive, seu nome incluído na lista de difusão vermelha da INTERPOL, uma vez que se trata de foragido da justiça do Paraguai, acusado de participar da morte de um narcotraficante de alto escalão naquele país.
5. As instâncias ordinárias concluíram não existir outro local em que pudesse ser garantida a integridade física do próprio custodiado. Assim, sua manutenção no estabelecimento em que se encontra serve à preservação de seus próprios interesses.
6. O preso provisório não detém o direito subjetivo de escolher o estabelecimento prisional a ser recolhido.
7. Recurso ordinário improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

SUSTENTARAM ORALMENTE: DR. LUIZ FERNANDO ALVES EVANGELISTA (P/RECTE) E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

